

CONTRADITÓRIO
AO PROJETO DE RELATÓRIO DA AVALIAÇÃO EXTERNA

MAIO/2015

Índice

1. Introdução 3

2. Dos Resultados 3

3. Da Prestação de Serviço Educativo 6

4. Da Liderança e Gestão 9

5. Considerações Finais 11

1. Introdução

Recebido e analisado o Projeto de Relatório da Avaliação Externa, realizada ao Agrupamento de Escolas de São João da Talha (AESJT) de 19 a 22 de janeiro de 2015, vem o Conselho Geral, a Diretora, o Conselho Pedagógico e a Equipa de Autoavaliação, no exercício do direito à apresentação de contraditório, expor o seguinte:

1.O AESJT, na sua constituição atual, resulta da agregação do anterior AESJT com a Escola Secundária de São João da Talha, que ocorreu em 1 de agosto de 2010. Este não foi um processo de agregação pacífico, nem consensual, pelo que foi necessário uma fase alargada de conhecimento mútuo, de adaptação e de criação de uma identidade comum. O relacionamento entre os diferentes atores desta, agora maior, comunidade educativa teve necessariamente de se ir construindo, procurando-se simplificar ao máximo as relações internas, de forma a permitir que a identidade e o sentido de pertença a este agrupamento se consolidassem. Este desígnio não se alcança de um momento para o outro e começa agora a ganhar expressividade.

2.Desde a agregação e até ao momento, esta unidade orgânica teve de lidar com esta nova realidade interna e, simultaneamente, adaptar-se à enorme alteração do processo legislativo que a administração central faz recair sobre o funcionamento da escola pública. As mudanças permanentes na educação e no seu funcionamento não têm sido facilitadoras de uma atitude mais reflexiva e avaliativa sobre a vida e as práticas internas, não permitem uma visão com carácter consequente e eficaz no planeamento do futuro. Concomitantemente, a desvalorização das carreiras dos profissionais ligados à educação e a crise estrutural, económica e social, são fatores que, sendo externos à unidade orgânica, não podem ser excluídos de uma interpretação séria do seu desenvolvimento e estado atual.

3.Considerando que no ciclo anterior de Avaliação Externa, a Escola Secundária de São João da Talha não foi avaliada e que a nova realidade organizacional nada tem a ver com o anterior AESJT, consideramos que a utilização e comparação com o relatório da avaliação externa realizada a esse agrupamento em 2010 são pouco adequadas. Estamos em presença de uma realidade que se caracteriza de forma muito diferente e que desenvolve o seu trabalho diário com uma perspetiva mais abrangente, incluindo toda a escolaridade, desde o pré-escolar ao 12.º ano, nas suas diferentes ofertas formativas e ainda a educação de adultos.

Feitas estas notas prévias, foi nosso entendimento apresentar o presente contraditório seguindo os domínios da avaliação externa, comentando e refutando algumas das afirmações que constam do projeto de relatório da avaliação externa.

2. Dos Resultados

Considerando que:

a) No parágrafo 8 da página 3, sobre os resultados internos, é referido que o ensino básico teve uma evolução positiva entre 2010 e 2013, acima dos valores esperados no 4.º, 6.º e 9.º anos. O ensino secundário manteve-se acima dos valores esperados nos dois primeiros anos, embora em 2012/13 ficasse aquém do valor esperado; no parágra-

fo 1 da página 4, sobre os resultados externos, o 4.º ano, em Matemática sustentou os resultados acima dos valores esperados, no parágrafo 2 da mesma página, o 4.º ano, a Português, manteve-se acima do esperado nos primeiros anos, e o 6.º ano, na mesma disciplina, em linha e acima dos valores esperados; no parágrafo 3, novamente da página 4, é referido que o 12.º ano em 2012/13 esteve acima dos valores esperados a Português e em linha no valor esperado em História. Como é que com a maioria dos resultados escolares internos e externos em linha ou acima dos valores esperados, se conclui, no parágrafo 4 da página 4 que "(...) o Agrupamento apresenta resultados que se situam, globalmente, aquém dos valores esperados (...)"? E ainda, como é que se infere, no mesmo parágrafo, "(...) evidenciando a necessidade de centrar a sua ação na melhoria dos processos de ensino e aprendizagem (...)"? Com resultados em linha e acima dos valores esperados só podemos concluir que as ações estão a produzir efeitos positivos sobre a melhoria dos resultados e dos processos de ensino e aprendizagem.

b) No parágrafo 6 da página 4, sobre a monitorização das medidas de promoção do sucesso escolar, nomeadamente do apoio educativo, é afirmado que "(...) mais centrada na sua frequência do que na sua eficácia (...)". Importa esclarecer que foi disponibilizada à equipa de avaliadoras informação sobre o sucesso/insucesso dos alunos que beneficiaram desse tipo de medidas, pelo que solicitamos a alteração desta conclusão. Pelo quadro seguinte pode ver-se, relativamente a 2013/14, que foi feita a análise da eficácia deste tipo de medida, pelo sucesso que os alunos, que dela usufruíram, tiveram no final do ano letivo. E em temos globais, no ensino básico, 66,3% desses alunos transitaram ou aprovaram.

2013/14	Nº Alunos	Frequência		Transitou/Aprovado		Não Transitou	
		nº	%	nº	%	nº	%
1.ºANO	145	4	2,8%	4	100,0%	0	0,0%
2.ºANO	169	58	34,3%	28	48,3%	30	51,7%
3.ºANO	133	43	32,3%	37	86,0%	6	14,0%
4.ºANO	150	43	28,7%	25	58,1%	18	41,9%
1.ºCiclo	**597**	**148**	**24,8%**	**94**	**63,5%**	**54**	**36,5%**
5.ºANO	140	70	50,0%	43	61,4%	27	38,6%
6.ºANO	158	92	58,2%	63	68,5%	29	31,5%
2.ºCiclo	**298**	**162**	**58,2%**	**106**	**65,4%**	**56**	**34,6%**
7.ºANO	180	120	66,7%	67	55,8%	53	44,2%
8.ºANO	169	114	67,5%	82	71,9%	32	28,1%
9.ºANO	181	120	66,3%	91	75,8%	29	24,2%
3.ºCiclo	**530**	**354**	**66,8%**	**240**	**67,8%**	**114**	**32,2%**
Total	**1425**	**664**	**46,6%**	**440**	**66,3%**	**224**	**33,7%**

c) No parágrafo 2 da página 5, perguntamo-nos, mais uma vez, como é que é fundamentada a afirmação de que " (...) verificam-se situações perturbadoras do normal funcionamento da sala de aula que preocupam professores e alunos, sobretudo no 2.º ciclo.". Quais as evidências que sustentam esta afirmação? E como a relacionam com os dados fornecidos no documento de apresentação e que expressam no mesmo parágrafo: "(...) a indisciplina não tem assumido contornos relevantes (em 2013/14, 3,2% dos alunos foram alvo de medidas disciplinares). (...)". No ano letivo 2013/14 foram aplicadas as medidas expressas no quadro que se segue:

2013/14	Escola Secundária	Escola Básica	Total	%
Medidas corretivas	30	12	42	3,0%
Medidas Disciplinares Sancionatórias de suspensão até 3 dias	6	6	12	0,9%
Medidas Disciplinares Sancionatórias de suspensão entre 4 e 12 dias	4	8	12	0,9%
Total do agrupamento			**66**	**3,2%**

Mesmo que as 26 medidas aplicadas na Escola Básica fossem todas elas a alunos do 2.º ciclo, o que não corresponde aos factos, isso seria uma percentagem de 8,8%, sendo que algumas dessas medidas terão sido aplicadas aos mesmos alunos, por comportamentos reincidentes. Logo, a afirmação de que existe alguma indisciplina no 2.º ciclo não nos parece correta, pelo que solicitamos a sua.

d) Em 19 parágrafos sobre o domínio dos Resultados, a equipa de avaliação externa reconhece o bom desempenho do AESJT em vários deles, como, por exemplo, se pode concretizar em:

" (...) destaca-se a participação no Parlamento dos Jovens, a que os alunos aderem de forma muito positiva (...)" (pág.4);

"Distinguem-se atividades que contribuem para a formação integral dos alunos, sendo de destacar as que se desenvolvem no âmbito do projeto ARISCO - Aventura na Cidade (...). As atividades em conjunto com a Academia Sénior (...) enquanto as iniciativas em articulação com a unidade de apoio especializado fomentam a inclusão e a valorização das diferenças. (...) " (pág.5);

" (...) os alunos conhecem as regras, que vão sendo trabalhadas com os docentes titulares e diretores de turma, pelo que a disciplina não tem assumido contornos relevantes. (...) " (pág. 5);

" A opinião da comunidade educativa sobre o serviço prestado pelo Agrupamento, (...), é globalmente positiva, (...). Pela concordância que obtêm, destacam-se aspetos como a abertura ao exterior, a disponibilidade da direção e dos diretores de turma e o funcionamento dos serviços administrativos. Constata-se também o reconhecimento da comunidade relativamente ao trabalho realizado ao nível da educação pré-escolar e do 1.º ciclo." (pág. 5);

"O contributo do Agrupamento para o desenvolvimento da comunidade está particularmente patente na diversificação da oferta formativa, bem como na resposta às famílias que têm crianças e/ou jovens com necessidades educativas especiais. A Recriação Histórica é um exemplo de uma atividade anual, desenvolvida no exterior, que já passou a integrar a agenda comunitária." (pág.5);

"O Agrupamento é aberto ao exterior, evidenciando uma boa adesão aos projetos e iniciativas locais, designadamente aos que são promovidos pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal de Loures. Do mesmo modo, mostra-se disponível para acolher nos seus espaços a organização e eventos e o desenvolvimento de projetos estruturan-

tes da comunidade, como é o caso da Academia Sénior, na qual participam, como voluntários, alguns docentes." (pág. 5/6).

Assim, não conseguimos compreender a atribuição de Suficiente no domínio Resultados. Este domínio não se esgota nos resultados académicos e um agrupamento de escolas desenvolve a sua ação junto dos seus alunos de uma forma muito mais abrangente e o que se vê expresso na classificação atribuída é apenas um juízo de valor sobre essa ínfima parte dos resultados escolares. Não queremos com esta afirmação descurar a sua importância, nem que não são eles que nos preocupam, mas não podemos concordar com a centralidade que lhes é conferida.

Por outro lado, mesmo que nos apeguemos apenas aos resultados académicos ou lhe atribuamos um maior peso neste domínio, continuamos a não conseguir compreender a classificação de suficiente, pois, tal como já foi por nós explicado, em muitos dos anos de escolaridade em análise o nosso agrupamento encontra-se, nas palavras expressas no projeto de relatório, em linha ou acima dos valores esperados.

Dizer que as dinâmicas desenvolvidas pelo AESJT " (...) têm produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. (...) " (pág.6) é uma conclusão que, no mínimo, prima por contraditória com as evidências apontadas anteriormente ao nível dos diferentes aspetos que são salientados como boas práticas deste agrupamento.

Pelo exposto, a menção de **Suficiente**, atribuída ao domínio dos **Resultados** não nos parece ajustada à análise efetuada, notando-se uma clara predominância dos ***Resultados Académicos*** sobre os ***Resultados Sociais*** e o ***Reconhecimento da Comunidade***, pelo que se propõe a alteração da classificação para ***BOM***.

3. Da Prestação de Serviço Educativo

Considerando que:

a) No parágrafo 5 da página 6, quando se afirma que se deve promover a generalização das atividades interdisciplinares, não se compreende como consideram que essa não é a prática do agrupamento. Em que evidência se sustenta esta afirmação?

b) No parágrafo 2 da página 7 é afirmado " (...) não estão instituídas, de forma generalizada, dinâmicas, seja de monitorização, seja de avaliação, conducentes à redefinição de práticas." Esta é uma afirmação que peca por não considerar que nas estruturas intermédias são analisados os resultados dos nossos alunos e, em sua consequência, são avaliadas e ajustadas as práticas dos docentes. No Plano de Melhorias, que resultou do processo de autoavaliação, na ação de melhoria dos resultados escolares, foi implementada a estratégia das reuniões de ano, cujo objetivo é a monitorização e avaliação das práticas letivas, bem como a partilha de experiências.

c) De facto a supervisão da prática letiva não se encontra formalmente implementada no AESJT, mas ela está presente no desenvolvimento do trabalho dos coordenadores de departamento e nos adjuntos de cada grupo de recrutamento, que vão acompanhando e supervisionando os seus pares. Além do mais, nesta questão da supervisão há a salientar o seguinte:

- É muito difícil estes docentes, coordenadores ou adjuntos, assistirem a aulas de outros docentes, quando o seu horário letivo é profundamente preenchido e nos mesmos tempos letivos dos seus colegas.

- Não é considerada a supervisão que é efetuada no âmbito da Avaliação de Desempenho Docente, quando há lugar a aulas observadas, ou até no acompanhamento do trabalho desenvolvido.

- A formação disponibilizada acerca desta matéria é escassa e a existente não é disponibilizada de forma gratuita pela tutela.

Parece-nos que as nossas práticas de supervisão não se distanciarão em muito do universo das escolas portuguesas, pois em todas se verificam as questões anteriormente identificadas. Não queremos com isto dizer que não concordamos que temos de fazer um esforço por melhorar nessa matéria, mas é redundante dizer que não o fazemos.

d) No parágrafo 9 da página 7 e no parágrafo 1 da página 8 afirmam que " (...) não existem grandes evidências de que as tecnologias estejam a ser uma ferramenta pedagógica para a melhoria das aprendizagens. (...)". Não fazemos um registo de quantas vezes as tecnologias são utilizadas em contexto de aula ou noutras situações educativas, mas questionamos em que medida é que a monitorização da utilização dessas tecnologias prova que as aprendizagens melhoram. Contudo, temos a constatação, ainda que informal, mas no nosso entender profundamente válida, dos docentes que sabem e expressam muitas vezes, que ao utilizarem as tecnologias, os processos de ensino e aprendizagem tornam-se mais facilitadores e motivadores para os alunos. As planificações também refletem a utilização regular destes meios. Também nos questionários aplicados aos alunos no decorrer do processo de autoavaliação, as respostas sobre esta matéria são concordantes de que há um elevado grau de satisfação face à utilização deste tipo de tecnologias, com as metodologias que a elas se adequam, sendo entendidas como facilitadoras das aprendizagens.

e) No parágrafo 1 da página 8 é expressa a seguinte afirmação " (...) o horário mais alargado na biblioteca da escola-sede poderia intensificar a sua ação." Não podemos concordar com esta opinião e a mesma carece de fundamentação. Além disso, as bibliotecas do agrupamento carecem, tal como na maioria das bibliotecas escolares deste país, da existência de pessoal em número suficiente para desenvolverem mais ação. Por outro lado, o legalmente disposto para o número de professores bibliotecários, em função do nº de alunos e não do nº de bibliotecas de um agrupamento, prejudica, em muito o trabalho destes profissionais.

A biblioteca da escola-sede funciona das 9h00 às 12h30 e das 13h30 às 17h00 e encerra à hora de almoço, porque é necessário que a trabalhadora, que ainda conseguimos manter nesse serviço, usufrua do seu direito ao intervalo para almoço.

Na escola-sede luta-se diariamente com a falta de assistentes operacionais e há necessidade de fazer muitos reajustamentos na distribuição do serviço, de forma a assegurar os serviços essenciais. Quando a um diretor é colocada a situação de garantir o serviço do refeitório e apenas tem à sua disposição poucos recursos humanos, o que pode ele fazer? Entre dar almoço aos alunos, com um grande conjunto de alunos carenciados, para quem essa poderá ser a sua única refeição quente e completa do dia,

e manter a biblioteca aberta, com certeza que a decisão é a de garantir o serviço de refeições. No entanto, importa salientar que a biblioteca só é afetada em situações extremas e que, neste momento, esta situação até se encontra solucionada.

f) No parágrafo 7 da página 8, é referido como ponto fraco, na anterior avaliação externa, os planos de acompanhamento e recuperação. Este tipo de medida já não se encontra em vigor e foi substituída por outros instrumentos, pelo que não nos parece que revele interesse para a melhoria das aprendizagens.

g) São bastantes as situações do domínio da Prestação de Serviço Educativo em que a equipa de avaliação externa reconhece o bom desempenho do AESJT, como se pode verificar em:

"A atuação do Agrupamento revela intencionalidade em promover o trabalho colaborativo ao nível do planeamento da ação educativa, de forma mais expressiva no 1º ciclo. Na educação pré-escolar e nos restantes ciclos existem exemplos de planificação conjunta (...) " (pág.6);

"A criação de uma estrutura comum para os planos de trabalho de grupo/turma constitui uma prática positiva, que permite orientar o trabalho dos docentes. (...)" (pág.6);

"O Agrupamento implementou medidas de promoção do sucesso escolar como apoio educativo, tutorias, apoio pedagógico acrescido, nalgumas das disciplinas identificadas como sendo de insucesso, e reforço nas que são sujeitas a avaliação externa.(...)" (pág.7);

"(...)são de referir a adesão ao projeto Erasmus + *Blend-it* e a realização do *Observatório do Ensino e da Aprendizagem* que aplicou inquéritos a docentes e alunos com vista ao conhecimento das práticas letivas entendidas como o trabalho desenvolvido em sala de aula. (...)" (pág.7);

"É de sublinhar o trabalho desenvolvido pelos professores da educação especial, em articulação com os docentes titulares, os diretores de turma e os técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão, que tem contribuído para a integração das crianças e dos alunos com necessidades educativas especiais. Neste âmbito, é disponibilizado um conjunto de atividades e vivências, tanto na unidade de apoio especializado como nas oficinas de aprendizagem, que potenciam a sua inclusão no Agrupamento e na comunidade." (pág.7)

"A dimensão artística tem expressão, por exemplo, através da exposição de trabalhos realizados pelas crianças e pelos alunos, da disciplina de expressão artística que é oferta de escola no 3.º ciclo, do clube de teatro e da atividade de enriquecimento curricular de ensino da música no 1.º ciclo." (pág.7);

"A vertente experimental tem representatividade nos diferentes níveis de educação e ensino e é complementada por projetos como *Pais com Ciência*, no 1.º ciclo. Encontram-se previstas algumas iniciativas, por exemplo, decorrentes do projeto de parceria desenvolvido com o Instituto Superior Técnico e a *Science4you*, e outras que poderão contribuir para fomentar o gosto pela ciência desde a educação pré-escolar, numa interação com alunos do ensino secundário." (pág.7);

"É de sublinhar a promoção da interdisciplinaridade e a transversalidade do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto de Educação para a Saúde que tem mobilizado crianças, alunos e docentes. Neste sentido, são realizadas sessões temáticas que promovem práticas indutoras de comportamentos saudáveis e que desenvolvem competências que permitem a tomada de decisões informadas e responsáveis." (pág.7);

"A plataforma *moodle* constitui um recurso pedagógico reconhecido e utilizado por docentes e alunos. Numa turma do 1.º ciclo, está a ser desenvolvido o projeto *Smart School*, através do qual, com a utilização de *tablets*, os alunos acedem a conteúdos e interagem no ambiente de sala de aula.(...)" (pág.7);

"O papel das bibliotecas na dinamização das escolas fica expresso pela sua valorização na promoção do desenvolvimento de atividades educativas, potenciadoras das aprendizagens e do trabalho autónomo. (...) " (pág.8);

"O Agrupamento implementa algumas estratégias e instrumentos que permitem regular o processo de avaliação do ensino e das aprendizagens, bem como a própria realização das mesmas, possibilitando o retorno da informação a cada criança/aluno e a adequação das estratégias aos seus ritmos específicos." (pág.8);

"Evidenciam-se algumas boas práticas de que são exemplos a avaliação de atividades por parte das crianças, na educação pré-escolar, a resolução de questões-aula ou as diferentes estratégias aplicadas aos alunos dos cursos profissionais para prevenir módulos em atraso." (pág.8);

"Os critérios de avaliação gerais e específicos são do conhecimento dos alunos, o que concorre para a transparência do processo avaliativo.(...)" (pág.8);

"A elaboração de testes comuns, sobretudo no 1.º ciclo, de matrizes e de testes formativos, contribui para aumentar a fiabilidade e a validade da avaliação. (...)" (pág.8);

"Distingue-se o trabalho de proximidade desenvolvido pelos diretores de turma no acompanhamento dos alunos em risco, na sua integração e na promoção da ligação com as famílias, pelo impacto positivo na prevenção das situações de abandono escolar. A diversificação da oferta educativa, potenciando aprendizagens noutras áreas do interesse dos alunos, tem concorrido também para este desígnio. As tutorias configuram-se como um potencial contributo (...)" (pág.8).

Pelo exposto, a menção de **Suficiente**, atribuída ao domínio dos **Prestação de Serviço Educativo** não nos parece ajustada à análise efetuada, pelo que se propõe a alteração da classificação para ***BOM***.

4. Da Liderança e Gestão

Considerando que:

a) No parágrafo 7 da página 10 é referido que " (...) o processo [de autoavaliação] não teve em conta os pontos fracos assinalados na anterior avaliação externa e denota algumas fragilidades (...)". Cumpre esclarecer que o processo foi desenvolvido considerando a realidade atual do AESJT e que foram seguidos todos os procedimentos que caracterizam o modelo de autoavaliação escolhido pela respetiva equipa - Common

Assessment Framework (CAF), pelo que não podemos concordar com a opinião que é emitida e solicitamos a sua alteração.

b) No parágrafo 8 da página 10 é referido que " (...) as ações de melhoria selecionadas, ainda que pertinentes, não incidem sobre problemas fundamentais identificados no relatório de autoavaliação (...)"; mais uma vez discordamos desta opinião, pois as ações de melhoria escolhidas pela equipa de autoavaliação, foram selecionadas de acordo com os procedimentos apontados pela metodologia escolhida e constam do Plano de Melhorias Inicial, enviado à equipa de avaliação externa.

c) Em treze aspetos focados, nos dezoito parágrafos que avaliam este domínio, a equipa de avaliadoras destaca o bom desempenho do AESJT, como se expressa em:

"O projeto educativo expressa a missão, a visão e os princípios orientadores pelos quais o Agrupamento se rege, delineando um plano de ação face aos problemas identificados e definindo, em paralelo, objetivos gerais. Estes orientam a construção do plano anual de atividades, o que se assinala como positivo. (...)" (pág. 9);

"O conselho geral participa na reflexão sobre os aspetos fundamentais do funcionamento do Agrupamento, em articulação com a direção.(...)" (pág.9);

" (...)Destaca-se a capacidade revelada pela diretora para conciliar as diferentes perspetivas e alcançar a coesão organizacional, fomentando a intervenção das lideranças intermédias num clima de corresponsabilização. (...)" (pág. 9);

"Sobressai o empenho e a dedicação de docentes e de não docentes na criação do sentido de pertença e de identificação com o Agrupamento.(...)" (pág.9);

" (...) É também de salientar o incentivo ao envolvimento das associações de pais e encarregados de educação na dinamização de atividades integradas no plano anual e, de modo concertado com a direção, nas estratégias que visam uma maior participação dos pais e a motivação da comunidade escolar." (pág.9);

"A mobilização dos recursos do meio e as parcerias firmadas têm sido importantes para o desenvolvimento de projetos relevantes que enriquecem as aprendizagens de crianças e alunos. Salienta-se a cooperação e a interação muito positivas com a Câmara Municipal de Loures e com a junta de freguesia, não apenas pelos recursos mobilizados como também pelas parcerias proporcionadas, de que é exemplo o protocolo de cooperação para o desenvolvimento de atividades experimentais no âmbito das ciências, estabelecido por esta entidade com o Instituto Superior Técnico, a *Science4you* e os agrupamentos de escolas locais. A cooptação estratégica da junta de freguesia para o conselho geral tem-se revelado uma mais-valia na resolução de problemas e no contacto com outras entidades." (pág.9);

"A gestão dos recursos humanos assenta no conhecimento que a diretora tem dos profissionais que trabalham no Agrupamento privilegiando, sempre que possível, a continuidade pedagógica na distribuição de serviço docente, o que potencia um desempenho adequado às características de cada grupo/turma e ao perfil de cada docente. É ilustrativa da aplicação destes critérios a atribuição das direções de turma e a constituição das equipas que lecionam os cursos vocacionais e de educação e formação." (pág.9/10);

"No que concerne ao pessoal não docente, as tarefas a atribuir rentabilizam igualmente as competências pessoais. A dimensão educativa dos conteúdos funcionais fica patente no âmbito da respetiva avaliação de desempenho, na qual foram contemplados objetivos relacionados com atividades a desenvolver, como forma de incrementar o envolvimento e o empenho profissional." (pág. 10);

"Ao nível da gestão dos recursos físicos e materiais, a diretora privilegia o investimento com base em critérios pedagógicos, visando prioritariamente a realização de atividades com os alunos. A manutenção dos espaços tem sido igualmente objeto de atenção como contributo para a criação de um ambiente educativo adequado às aprendizagens e ao trabalho de docentes e não docentes." (pág.10);

"Para incrementar o desenvolvimento profissional é feito o levantamento das necessidades e elaborado um plano de formação bianual apresentado ao Centro de Formação de Loures Oriental. A nível interno tem sido igualmente promovida formação dirigida à comunidade educativa, designadamente sobre problemáticas como a diabetes e perturbação de hiperatividade e défice de atenção." (pág. 10);

"Evidenciam-se alguns progressos na comunicação, interna e externa, área que constitui uma das prioridades elencadas em sede da autoavaliação. Para tal tem contribuído o recurso à plataforma *moodle* e ao correio institucional (...)" (pág. 10);

"Sublinha-se como positiva a participação alargada da comunidade educativa no processo, quer na constituição da equipa quer no preenchimento dos questionários, bem como o facto de alguns docentes terem beneficiado de formação creditada. (...)" (pág.10);

"É positiva a constituição de grupos de reflexão sobre alguns dos problemas diagnosticados, denotando a intencionalidade em promover uma cultura de autoavaliação. (...)" (pág. 11);

Pelo exposto, a menção de **Suficiente**, atribuída ao domínio dos **Liderança e Gestão** não nos parece ajustada à análise efetuada, pelo que se propõe a alteração da classificação para ***BOM***.

5. Considerações Finais

No projeto de relatório é referido, no parágrafo 6 da página 3, que "De acordo com os dados disponibilizados pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, relativos ao ano letivo de 2012-2013, os valores das variáveis de contexto do Agrupamento, quando comparados com os das outras escolas públicas, são globalmente desfavoráveis, nomeadamente o número de alunos por turma, a respetiva idade média e a habilitação das mães dos que frequentam o ensino básico. Estes valores enquadram o Agrupamento num contexto desfavorecido.", no entanto, este fator de enquadramento em contexto desfavorecido, que consideramos de grande relevância, não nos parece ter sido suficientemente considerado na apreciação que foi proposta para o AESJT.

Se para o domínio dos Resultados o referencial de avaliação é claramente os resultados escolares dos alunos, para os restantes domínios não se descortinam os critérios de avaliação que lhes estiveram subjacentes. As apreciações proferidas parecem-nos de-

pender quase em exclusivo dos mesmos resultados escolares dos alunos que já foram objeto de avaliação no respetivo domínio.

As áreas de melhoria que são apontadas para o AESJT não diferem muito das propostas feitas para outros agrupamentos de escolas que obtiveram melhores classificações, pois quase todos os relatórios da avaliação externa de agrupamentos, efetuada durante este ciclo avaliativo, mencionam a necessidade de desenvolver ações de melhoria ao nível da melhoria dos resultados dos alunos, da articulação curricular, da supervisão pedagógica e dos processos de autoavaliação e consequentes ações de melhoria. Não conseguimos compreender em que somos assim tão diferentes, se temos de melhorar nos mesmos aspetos dos outros.

Por último, consideramos que, não sendo o AESJT uma organização perfeita, e tendo ainda muito a melhorar, não podemos deixar de constatar que muito do esforço que esta comunidade educativa tem colocado no seu trabalho em prol da escola pública não é reconhecido neste projeto de relatório.

São João da Talha, 04 de maio de 2015

A Diretora

(Dina Ferreira)

A Presidente do Conselho Geral

(Albertina Ramos)